

A Ética e o Cuidado de Si na Conduta das Mulheres: Condições de Possibilidade, Corpo e Estratégias

Ethics and Self-Care in women's conduct: Conditions of Possibility, Body and Strategies

Rebeca Barbosa Nascimento¹

Nilton Milanez²

Resumo

Este trabalho propõe um olhar verticalizado sobre matrizes de conduta para os corpos das mulheres, enquanto superfícies de emergência de contenções e resistências, partindo das noções de Ética e Cuidado de Si na perspectiva de Michel Foucault. Para tanto, consideraremos o arcabouço teórico-metodológico foucaultiano com o objetivo de estabelecer o encadeamento de enunciações para a análise histórica dos processos de subjetivação das mulheres e a relação entre as materialidades discursivas, língua e corpo, ou seja, as formas de enunciar o Si pelo viés do corpo, sobre a problematização do 'ser mulher' como um fator social e histórico enredado a saberes em torno do controle dos corpos, das condições de possibilidades dos sujeitos e relações de poder institucionais sobre eles. Identificamos, nesse estudo, um diálogo que complementa a problemática do lugar de atualidade nos discursos sobre ser mulher como um modo de praticar a Si na sociedade, possibilitando a emergência de posicionamentos historicamente silenciados.

Palavras-chave: Mulher. Corpo. Controle. Resistência.

¹ Doutoranda em Estudos Linguísticos na Universidade Estadual de Feira de Santana, mestre em Estudos Linguísticos e graduada em Letras Vernáculas, também pela mesma instituição. É bolsista Fapesb e está vinculada aos grupos de pesquisa Labedisco (Laboratório de Estudos do Discurso e do Corpo - UEFS/Cnpq), sob a coordenação do Prof^o Dr. Nilton Milanez, no qual atua como pesquisadora e professora assistente. ORCID: 0000-0002-2877-6404.

² Pós-doutorado (PDE/CNPq) em Discurso, Corpo e Cinema na Sorbonne Nouvelle, Paris 3 (2012). Doutor em Lingüística e Língua Portuguesa pela UNESP/Araraquara com doutorado-sanduíche na Sorbonne Nouvelle, Paris 3 (2007). Professor Pleno no Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS. Membro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos na UEFS. Membro do GT de Estudos Discursivos Foucaultianos na ANPOLL. ORCID: 0000-0002-1669-0304.

Abstract

This paper proposes a vertical view on behavioral matrixes for women's bodies, as emergence surfaces of containment and resistance, starting from the notions of Ethics and Care of the Self from Michel Foucault's perspective. To this end, we will consider the Foucaultian theoretical-methodological framework with the objective of establishing the chain of utterances for the historical analysis of women's subjectification processes and the relationship between discursive materialities, language and body, that is, the ways of enunciating the Self by the body, on the problematization of 'being a woman' as a social and historical factor entangled with knowledge about the control of the bodies, the conditions of possibilities of the subjects and institutional power relations over them. In this study, we identified a dialogue that complements the problematic of the actuality in the discourses about being a woman as a way of practicing the Self in society, enabling the emergence of historically silenced positions.

Keywords: Woman. Body. Control. Resistance.

1 Para Iniciar, a Problemática de Ser Mulher

Esse artigo visa um olhar cuidadoso sobre as materialidades discursivo-corporais das mulheres, partindo das convergências, atravessamentos e deslocamentos que materializam discursos nesse corpo-lugare. A escolha do tema perpassa a necessidade de investigação sobre os lugares demarcados historicamente pelos saberes múltiplos que subjetivam a mulher em um espaço que é, prioritariamente, constituído por camadas e superfícies sócio-históricas com condições de possibilidades geográficas, linguísticas e culturais singulares. Assim, buscamos articular aqui os campos histórico, filosófico e linguístico nos cerne dos entrelaçamentos que constituem as condutas dos corpos de mulheres na atualidade. Entendemos que nenhum saber se forma sem um sistema de comunicação, de registro, de acumulação, de deslocamento que é em si mesmo uma forma de poder e que está ligado, na sua existência e no seu funcionamento, a outras formas de poder. Nenhum poder se exerce sem a apropriação e distribuição ou retenção de um saber.

A constituição dessa subjetividade como tema desta pesquisa justifica-se na necessidade de desalojar discursos forjados na história (FOUCAULT, 2002) sobre a mulher, trazê-los à superfície para refletir sobre quem somos nós nesse lugar que chamamos de atualidade, de presente. Na perspectiva de Foucault (2016), refletir sobre quem somos, atuar sobre nosso 'Si' nesse espaço presente nos possibilita sair

de um lugar menor, lugar de governados, para um lugar maior, de constituição de nós mesmos. Tomamos, então, o Si como singular e, ao mesmo tempo, coletivo, capaz de desdobrar-se em sua existência para forjar-se e ser forjado.

A proximidade da ideia de Si como coletividade singular com o de uma atitude crítica enquanto vontade de não ser governado assim, dessa maneira, por estes, a este preço, demonstram a dimensão sempre local e estratégica destas formas de resistência, tornando uma questão de atitude. Temos, então, uma redefinição da atitude crítica como o movimento pelo qual o sujeito se atribui o direito de interrogar a verdade sobre os seus efeitos de poder e o poder sobre os seus discursos de verdade, tendo por finalidade a dessubmissão no jogo da política da verdade (FOUCAULT, 2015). Isso diz respeito, efetivamente, a uma certa maneira de pensar, de dizer e de agir, uma certa relação com o que existe, com o que se sabe, com o que se faz, uma relação com a sociedade, com a cultura, uma relação também com os outros, podemos chamar de atitude crítica.

Entendemos, então, que pensar o 'ser mulher' e quais possibilidades constituem essa subjetividade nessa atualidade remonta a lugares e saberes históricos que há muito governam esses corpos, estabelecendo normas de conduta que direcionam comportamentos e nos dizem sobre aquilo que é possível, e também sobre aquilo que não é possível, ser. Esperamos, assim, que essa discussão abra novas possibilidades de debate sobre os paradigmas atuais sobre Mulher que atravessam o presente e, através desses debates, materializem-se posicionamentos historicamente silenciados e que urgem em emergir.

De forma inicial, é importante trazer a noção de subjetivação para Michel Foucault, uma vez que esse artigo propõe uma configuração sobre esse processo de constituição histórica. Tomando os estudos discursivos foucaultianos como base, entendemos o sujeito não como essência individual, mas como posição. Milanez e Santos (2010, p.45) partem de Foucault para afirmar que "antes de fonte dos discursos, o sujeito é apenas uma posição ocupada por aquele que enuncia algo". O sujeito seria, assim, um composto, uma determinada identidade produzida em condições e por relações específicas; o sujeito seria, também, um enunciado, que é constituído e constitui a si dentro da história e na sua relação com outros sujeitos. Essa relação com outros sujeitos é de muita relevância no que diz respeito às mulheres. Sua constituição histórica, os saberes sociais que nos dizem sobre o que

é possível e o que não faz parte das possibilidades das mulheres e de seus corpos têm relação direta sobre o lugar dos homens na sociedade, assim como de seus corpos. E é essa problemática que tomamos como ponto inicial para pensar o Si da mulher enquanto lugar de dispersão.

A subjetivação das mulheres remonta à saberes deslocados sobre a funcionalidade biológica do corpo, bem como às condições de possibilidade para seu uso, normatizando conduta e modos de existência. Falar sobre as condições de possibilidade implica dizer que não é possível dizer ou fazer tudo; na história, o que temos à superfície, para nossos olhos e ouvidos captarem são séries de enunciados visíveis, dizíveis, mostráveis, e, para cada enunciado possível, temos inúmeros outros interditados, que não são possíveis de serem vistos ou dos quais não se pode falar sobre. Essas condições de possibilidade do dizer e do fazer, então, nos colocam em relacionamento com a história, com o lugar, com o espaço e, fundamentalmente, com quem enuncia; temos, assim, que nem todo sujeito pode dizer o que quer, onde e quando quiser.

É importante salientar, ainda, que enunciar não implica, necessariamente, usar palavras: nossos corpos nos enunciam, uma vez que o corpo é superfície sobre a qual se inscrevem discursos (FOUCAULT, 2011), construída em meio a redes de poder e resistências, e que, conforme dito por Milanez (2011) apresenta tipos de saberes que dizem sobre a nossa maneira de ver e viver. Então, imersos em redes de poder e saber, nossos corpos materializam normas historicamente construídas que nos dizem sobre nossa existência e as formas que devemos conduzi-la.

Partindo das reflexões de Michel Foucault (2010), investigar as formas como o indivíduo é levado a constituir-se sujeito é questionar o presente, nossa maneira de ver e viver a atualidade na qual estamos inseridos e lugar do qual falamos. Por isso, o que questionamos aqui são os lugares que podem ser caracterizados como constitutivos para mulheres nos atravessamentos da história.

2 Metodologia Para Sujeitos Possíveis

Tomamos como contornos para a análise um funcionamento discursivo que se constitui de dois lugares teóricos cruciais nos estudos discursivos foucaultianos: a genealogia e a arqueologia. Para Foucault, (2011), a genealogia é um movimento; é

possível, por meio dessa investigação, relacionar acontecimentos discursivos a partir de seus entornos históricos, distanciando-se da busca pelo início proposta pelo estudo da história em espaços temporais lineares. Isso implica dizer que não buscamos aqui a origem dos acontecimentos que nos dizem sobre a constituição da 'Mulher' na história, uma vez que a "genealogia é cinza; ela é meticulosa e pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos" (FOUCAULT, 2011, p. 17). Por genealogia, entendemos o processo de tentar reconstituir as condições de aparecimento de uma singularidade a partir de múltiplos elementos determinantes, dos quais essa singularidade surge não como o produto, mas como o efeito.

O que buscamos, então, é o ponto de articulação entre o corpo e a história; tomamos o corpo enquanto superfície de inscrição dos acontecimentos para mostrar um corpo marcado e arruinado pela história. Temos, então, o corpo como lugar histórico para as civilizações; é no corpo que os flagelos tomam vida, é o corpo que também flagela e disciplina.

Consideramos a arqueologia, por sua vez, como o tema geral de uma descrição que interroga o já sensível ao nível de sua existência. A investigação histórica por meio dos acontecimentos que nos levam a constituir-nos, a nos reconhecermos como sujeitos do que fazemos, pensamos e dizemos é genealógica na sua finalidade e arqueológica no seu método. É de base arqueológica por não procurar descobrir as estruturas universais dos múltiplos conhecimentos ou de qualquer ação moral possível, mas tratará os discursos que articulam o que pensamos, dizemos e fazemos. Tomamos esse lugar teórico para dizer, então, que o atravessamento histórico dos discursos enreda de maneira dispersa os enunciados aos quais nos atermos; o olhar genealogia é vital ao processo arqueológico.

Tomamos a *Arqueologia* para o questionamento dos enunciados levando em consideração os entornos de seu aparecimento, em um movimento de completude à investigação genealógica. Esse movimento retoma o lugar da dispersão dos sujeitos, entendendo que as múltiplas subjetividades se estabelecem nas relações entre si, visto que os sujeitos se relacionam entre si e são constituídos e se constituem nessa relação. Dessa forma, para entender as convergências, distanciamentos e deslocamentos que atuam na subjetivação da mulher, atentaremos o nosso olhar

para o fato de que o que lhe é constitutivo se desdobra do que é ser homem; é nesse deslocamento que são estabelecidas normas de condução do corpo.

A conduta da mulher, como parte de uma ordem sexual, figura na noção “dispositivo de aliança” (FOUCAULT, 1988, p. 100). O dispositivo em Michel Foucault compõe-se da rede de enunciados que podemos tecer a respeito de um dado saber; temos, então, a malha que enreda uma dada prática discursiva em suas condições geográficas, sociais, históricas, científicas, religiosas, filosóficas, administrativas e assim sucessivamente. Podemos dizer, então, que o dispositivo de aliança tem sua estrutura circunscrita a um sistema de regras que constituiriam o permitido e o proibido, o prescrito e o ilícito para os sujeitos. É partir desse dispositivo, que se desdobra no sistema de matrimônio, de fixação e desenvolvimento dos parentescos e de transmissão dos nomes e dos bens, que se formaram os saberes sobre as relações familiares e sobre as condições de possibilidade dos sujeitos.

No desempenho de suas funções, esses sujeitos, dentro da relação familiar que se desdobrava do matrimônio, relacionam-se com outros sujeitos, e é nessas relações que são estabelecidas as possibilidades, o que Foucault chama de “modos de existência virtuais para sujeitos possíveis” (FOUCAULT, 2010, p. 04). Isso significa dizer que, das condições de possibilidades um determinado sujeito, se desdobram as condições de possibilidades de outros sujeitos que se relacionam com ele. Assim, o Si, enquanto singularidade, desdobra-se do não-individual, uma vez que sua conduta se estabelece na convivência.

Isso acontece, por exemplo, nas relações existentes entre o homem e a mulher, nas quais o homem é privilegiado por ‘ser homem’ e a partir dos saberes existentes sobre esse sujeito na sociedade, o que torna possível o estabelecimento de todo um feixe de saberes que constitui o ‘ser mulher’, uma vez que essa rede de saberes não é estática e ordenada. Ela se desloca, se desdobra, funcionando em dispersão e em múltiplos espaços. E é essa dispersão que compreenderemos aqui como um modo de existência virtual: uma existência que pode e não poder ser, quase espectral, na qual os sujeitos são muitos em diferentes lugares e ao mesmo tempo, o que foi chamado por Foucault (1988, p.135) de “a plenitude do possível”.

3 Para uma Ética de Si e do Outro

Falar de processos de subjetivação é assumir, em sua totalidade, a noção de movimento enquanto parte importante do entendimento nos procedimentos que atuam nas margens dos sujeitos. Iniciamos essa seção falando de movimento por entender que as estratégias da formação dos sujeitos, por consequência, o controle de seus corpos, não são estáticas; movimentam-se, interno e externamente, atuando nas normas de conduta e nas condições de possibilidade desses corpos. E, para tratar dos corpos das mulheres, traremos a filosofia da natureza e sua importância para as ciências do pensamento como instituição viabilizadora da circulação de saberes sobre o corpo em sua conexão com o natural, como parte de um universo em funcionamento.

Proponho essa reflexão inicial com base em inquietações a respeito dos deslocamentos de sentido do natural, enquanto parte da natureza, para a norma na conduta dos indivíduos; um natural que se deslocaria para a normalidade, lugar de privilégio nas práticas do poder, estabelecendo relação com os jogos de verdade constitutivos dessas relações. Esses deslocamentos nos levam a questionar, também, a ordem da visibilidade; a natureza, enquanto parte constitutiva do visível, e os deslocamentos para a conduta dos sujeitos e suas condições de possibilidade, estabelecendo, então, o que pode ser visto e dito em determinado lugar na história. É necessário salientar que a ordem da visibilidade também constitui uma ordem de invisibilidade, que é, nesse momento do artigo, o que de fato nos guia. Em que medida a relação da natureza com a ordem da visibilidade em seus deslocamentos interdita os corpos das mulheres na atualidade em suas condições de possibilidade?

Como ponto de inicial para essa reflexão, pensamos a filosofia da natureza ou do mundo como parte constitutiva do que chamamos aqui de fase inicial da reflexão filosófica. Partindo da observação da natureza que cerca os homens, viram os estoicos o caráter transitório das matérias, sejam advindas de seres humanos ou inanimados. Essa transitoriedade impele ao homem sua insignificância frente à ordem do universo, à natureza em seu funcionamento simplista e inevitável: nascer, crescer, reproduzir e morrer. Assim, compreendemos o caráter único e esférico do mundo nessa percepção. O que então poderia ser a chave do despertar do homem

para seu distanciamento do mundo animal simplista e irracional? O conhecimento de Si.

Na Epístola 124, Sêneca (1998) escalona o mundo em quatro reinos ou naturezas viventes, além da matéria inerte. Para o filósofo, existem as seguintes quatro naturezas: a das árvores, a dos animais, a do homem e a de Deus. As duas – homem e Deus – são racionais e possuem idêntica natureza; no entanto, distinguem-se, pois uma é imortal (Deus), a outra mortal. O absolutamente perfeito é Deus, que encerra em si mesmo toda a perfeição da natureza em sua plenitude. Sendo a natureza perfeita, todo resto dessa composição de mundo carregaria um traço de perfeição, estabelecido em graus. A ordem de funcionamento da natureza possui, nesse entendimento, relação direta com o grau de aceitação, por parte dos sujeitos, de suas funções dentro desse sistema de ordenação, haja vista que o perfeito é, também, imutável. Para os estoicos, na natureza perfeita e imutável, os graus inferiores dessa perfeição atuariam na completude dos graus superiores. Assim, as plantas, superiores à terra, nutrem-se dela. Os animais, superiores às plantas, buscariam seu próprio alimento e subsistência. No homem, as tendências animais chegam à máxima perfeição no distanciamento estabelecido pela razão. Assim, como parte da natureza, o homem está sujeito à seu sistema de ordenação, e controlar seus impulsos animais estabelece-se como fundamental para o bem viver e a manutenção de seu grau de perfeição. A partir das partes do mundo, o ser humano eleva-se ao perfeito; aceitar a Si é uma forma de praticar-se no mundo e garantir seu distanciamento das tendências animais.

O homem pode ser dito uma síntese real e intencional do universo: real, porque nele estão presentes série de possibilidades de existência palpáveis; intencional, porque, pelo poder de abstração, tudo se encontraria no conceito de ser do qual nada fica excluído e ao qual nada pode subtrair-se. Tudo tem que permanecer como está. Temos, assim, que o conhecimento de Si não visa modificações, mas a possibilidade de estabelecimento de novas relações de Si consigo mesmo, assumindo-se um certo controle de conduta possível, em um estado de maioridade (FOUCAULT, 2015).

Para esse certo controle, as práticas dos sujeitos se baseiam em 3 conjuntos de relações: com a verdade, com as obrigações e consigo mesmo com os outros. Nessa rede de relações, tomamos o cuidar de nós mesmos enquanto

princípio ético, regra da arte de viver. A Ética, assim, figura como prática, um dado conjunto de normas através das quais o sujeito deve praticar-se, mas não em apenas um momento; essa prática deve perpetuar toda a existência. Nessa perspectiva, somente através desse conhecimento se é possível praticar a liberdade possível.

Temos, então, nas fagulhas da civilização greco-romana, o cuidado de Si enquanto conhecimento de Si. Esse conhecimento impele ao sujeito a sapiência de quais normas deve seguir, quais condutas deve adotar de forma a alcançar o divino. É importante salientar, entretanto, que conhecer a Si implica no conhecimento do outro. Cuidar de Si é cuidar também do Outro. Assim, em uma sociedade na qual o privilégio na hierarquia das relações de poder é do homem, cuidar de Si é também cuidar das mulheres, olhar as mulheres. No estabelecimento dessas relações, é importante aos homens e às mulheres terem noção de seus papéis e funcionalidades e, como consequência, é importante aos homens governarem e controlarem suas mulheres.

Saberes sobre o cuidado, o governo e a vigilância com as mulheres circulam e se materializam na história em múltiplos momentos. No curso no Collège de France, em 1978, *Segurança, Território, População* inaugura o tema da governamentalidade, que, na forma do problema do governo de si e dos outros, constituirá o centro das investigações foucaultianas até 1984. Nesse curso, ao traçar a história da ideia do governo dos homens, Foucault se detém naquilo que chama de *poder pastoral*, as condutas pastorais na idade média. Nas sociedades pastorais, primordialmente as cristãs, a vigilância inside sobre as populações deslocando-se de uma prática individual. Vimos que, na perspectiva estoica, era necessário aos sujeitos o controle de seus instintos de forma a aproximar-se do divino. Nas fagulhas das sociedades greco-latinas, o controle de conduta se materializa na prática de Si, no conhecimento de suas possibilidades sociais em um dado momento da história, o que se desdobra no controle da conduta do outro. Essa vigilância do outro se mantém e toma novas dimensões nas sociedades pastorais, uma vez que é almejada a salvação. A salvação se estabelece, então, como prática coletiva, social. Assim, é necessário que os indivíduos sejam vigilantes consigo e com os demais e, para isso, as instituições atuam de forma incisiva.

4 Domínios do Matrimônio

Para Foucault (1988), o matrimônio, até o final do século XIX, configurava-se como matriz no tangente às regulamentações comportamentais dos sujeitos na instituição familiar. Isso nos permite pensar que o lugar de cada um desses sujeitos era construído a partir da relação matrimonial e todo o conjunto de saberes atrelado a ela, o que estabelecia uma linha divisória entre o lícito e ilícito, o permitido e o interdito. Nesse caso, “a relação matrimonial era o foco mais intenso das condições; era, sobretudo dela que se falava; mais do que qualquer outra tinha que ser confessada em detalhes. Estava sob estreita vigilância” (FOUCAULT, 1988, p. 37).

A partir dessa reflexão, torna-se possível dizer que era dentro do matrimônio que se estabeleciam os espaços possíveis e as normas de conduta dos sujeitos que faziam parte da família em um dado momento da história. Tratando da sexualidade, Foucault (1988) reflete que a vigilância dentro do casamento mostrava-se de fundamental importância para a existência de uma gestão dos nascimentos e das sobrevivências na sociedade, e é nesse ponto que deve ser salientada a relevância da condição enquanto garantia de sobrevivência da própria espécie, e, sobretudo, transmissão de nomes e bens, ponto objetivado pelo “dispositivo de aliança” (FOUCAULT, 1988, p. 100).

A medicina tem papel fundamental nessa condição através do que Foucault (1988, p. 112) chama de “capital patológico da espécie”, uma vez que o controle do sexo não só inibiria a disseminação de doenças para as gerações atuais e futuras, mas, primordialmente, atuaria na conduta dos sujeitos, garantindo a funcionalidade do dispositivo. Estabelece-se, assim, os modos de ser e agir dos sujeitos para que seja possível que a lógica de poder existente na rede de relações dos mesmos nas múltiplas esferas sociais se mantenha.

Tratando ainda sobre o “dispositivo de aliança” (FOUCAULT, 1988, p. 100), Foucault (1988) nos diz que encontramos, entre seus objetivos principais, a reprodução da lógica das relações de poder e a manutenção da lei que as rege. Partindo deste pressuposto, constatamos que o matrimônio, como sistema fundamental para esse dispositivo, possui, então, caráter disciplinar e que, portanto, a constituição dos sujeitos dentro da família relaciona-se com outros sujeitos existentes de outros diversos espaços. Essa linha de pensamento nos é permitida se

levamos em conta que Foucault (2010) nos descreve o funcionamento da disciplina nos seguintes termos:

[...] as disciplinas são portadoras de um discurso que não pode ser o do direito; o discurso da disciplina é alheio ao da lei e da regra enquanto efeito da vontade soberana. As disciplinas veicularão um discurso que será o da regra, não da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra "natural" (FOUCAULT, 2010, p. 189).

Para melhor esclarecer a perspectiva do natural e sua relação com o matrimônio, instituição de máxima relevância na subjetivação das mulheres, é preciso que nos dediquemos, nesse momento de nossa investigação, a pensar em como esse 'natural' figura para a subjetivação dos indivíduos na medida em que deslocamos um dado saber e o assumimos como um procedimento de controle.

Levando em consideração o que Foucault (1988) nos traz sobre poder e privação na ordem da sexualidade, refletimos que cabe aos homens, aos adultos, aos pais e aos médicos a detenção do poder na ordem da sexualidade, o que delega às mulheres, crianças, aos adolescentes e doentes a privação. Se o "dispositivo de aliança" (FOUCAULT, 1988, p. 100) possui, como um de seus objetivos principais, a manutenção da lógica de poder, é possível, então, pensar que as relações estabelecidas pelos sujeitos dentro da família obedeceriam a sistemas de ordenação já estabelecidos dentro de outras instâncias. Isso explicaria, de forma plausível, a patriarcalidade normatizada nas famílias até meados do século XX. O homem, como sujeito de poder em diversas esferas da sociedade, seria o detentor de poder dentro das famílias. Dentro desta realidade, mulheres e crianças figuravam como pessoas de pouca importância, que se subordinavam ao marido e/ou pai.

Atentando o olhar para a constituição histórica da mulher, especificamente, devemos refletir que o que é constitutivo desse sujeito é normatizado a partir da sua relação com outros sujeitos que fazem parte da família tradicional: o homem e, porque não dizer, a criança. Indo mais além, a constituição da mulher é determinada em um espaço social e histórico e, portanto, atentamos o olhar para a constituição familiar cristã heteronormativa (homem, mulher) de forma a estabelecer as condições de possibilidades que atuaram e atuam na constituição de uma mulher que se desloca do desprestígio, do pecado cristão em oposição à salvação vigilante, abrindo outras múltiplas vias de reflexão. Desse modo, o movimento arqueológico e genealógico consiste na marcação dos espaços desses sujeitos que

atuam no limite dos discursos sobre a mulher e, como desdobramento, no limite da sua subjetividade.

Somos do partido de que experiências historicamente determinadas nos contam sobre aquilo que somos e sobre a maneira que passamos pela experiência de nossos próprios corpos, o que nos permite “transpor-nos do corpo para o discurso, transformados e até metamorfoseados em outros espaços corporais e domínios exclusivos da civilidade atual” (MILANEZ, 2011, p. 197). Vale ressaltar, entretanto, que a história nem sempre se inscreve nos sujeitos de forma célere, o que justifica a circulação de diferentes discursos em diferentes momentos da história.

Partindo para o corpo em si, tomamos a materialidade capilar como objeto e exemplo para deslocar esse espaço enquanto materialização da vigilância, evidência o controle, a contenção e a resistência como elementos fundamentais da/para a história das mulheres.

A morfologia capilar das mulheres compõe a materialidade imagética da sexualidade feminina, do prazer e do destemperamento. Por isso, na história da existência social das mulheres, os cabelos sempre foram contidos, presos, como materialização do espaço de contenção. Sobre essa contenção, Perrot (2012, p. 50) nos diz que

[...] a mulher é, antes de tudo, uma imagem. Um rosto, um corpo, vestido ou nu. A mulher é feita de aparências. E isso se acentua porque, na cultura judaico cristã, ela é constrangida ao silêncio em público. Ela deve ora se ocultar, ora se mostrar. Códigos bastante precisos regem suas aparições, assim como as de tal ou qual parte do seu corpo. Os cabelos, por exemplo, condensam sua sedução.

Retomamos Milanez (2015) no entendimento de que a arte capilar desempenha um papel extremamente importante em nos lançar à avaliação de códigos morais que atuam na instrumentalização de modelos de conduta. Nessa perspectiva,

[...] a exigência de especificidades morais estressa o sujeito dentro de um esquema de comportamento cujos regulamentos e conselhos arrasta o sujeito para um domínio da ansiedade, que o coloca em conflito entre o que ele é e o que o mundo demanda que ele seja (MILANEZ, 2015, p. 248).

Refletimos, então, que os cabelos das mulheres materializam saberes sobre o sexo, que estão inseridos na “ordem da sexualidade” (FOUCAULT, 1988, p. 94), na qual o espaço do privilégio é ocupado pelos homens, pais, maridos. Ainda sobre os

cabelos como instrumento de sensualidade, Perrot (2012) nos traz que a não exposição dos cabelos consolidou-se na história como algo importante no controle dos apetites e tentações, já que o cabelo preso e coberto remonta lugares históricos da pureza sexual: “a mulher casada é propriedade de alguém, logo deve ser velada. [...] O véu é instrumento de pudor. [...] Tertuliano considera as toucas e os lenços insuficientes. [...] É preciso velar o corpo das mulheres e sua cabeleira, objeto de tentações” (PERROT, 2012, p. 56). Assim, deslocando-se dessa matriz de conduta, mostrar os cabelos, trazê-los soltos, configura-se como resistência, uma apropriação do corpo por esse sujeito. A apropriação histórica do corpo da mulher pelo outro se materializa em discursos sobre a fragilidade, a docilidade e sua necessidade de suporte. Assim, temos a configuração do corpo da mulher como posse de outro: um pai ou irmão, um marido ou mesmo um Deus. Assim, pensar as condições históricas de existência desse corpo enquanto topia implacável da subjetividade mulher é fundamental para reconfigurar suas possibilidades de contra-conduta e resistência.

4 Considerações Finais

Esse artigo nasceu da necessidade de (re)pensar os lugares históricos que atuam na normatização da conduta das mulheres e suas rupturas. Essa saída de um lugar para outro, em um processo de estabelecimento de governo, se desdobra em processos de dessubjetivação e apagamento dos sujeitos na constituição de novas subjetividades, deslocando-se em múltiplos lugares nos quais os sujeitos atuam governando a si em micro acontecimentos. Sob essa perspectiva, foi possível que constituíssemos o matrimônio enquanto parte fundamental da normalidade do organismo social. Entendemos, então, que o elo com o natural configura-se como elemento chave na subjetivação das mulheres, deslocando-se para o biológico no estabelecimento das margens das condutas possíveis para elas.

Trouxemos a materialidade capilar como acontecimento, em sua irrupção singular. Refletimos que, nas mulheres, a desordem capilar em uma reverência a uma mudança de conduta, em um processo de conhecimento de Si e de um certo número de procedimentos e normas que garantiriam a possibilidade de ocuparem determinados lugares nas sociedades. Não estamos dizendo aqui que há conformidade, não; nos atentamos ao fato de que a ocupação desses lugares

possibilita a essas mulheres praticarem a si nas rupturas desse ser, em uma prática de liberdade e de si. E essa é a maior relevância das reflexões aqui feitas: possibilitar a ressignificação dos determinismos.

Retomamos ainda a questão da atitude crítica para refletir sobre as condutas e o questionamento sobre elas na materialidade dos corpos. É necessário, então, ter em foco que, conforme dito por Milanez (2013, p. 373), “o sujeito é uma condição que coloca a nós, pessoas, dentro de um quadro histórico, determinado por relações exteriores a nós do qual não somos a origem nem de nosso dizer nem de nosso fazer” e, portanto, pensar processos de subjetivação das mulheres é pensar os indivíduos dentro da ordem das relações e suas condições de possibilidades.

Partimos também de Foucault (2015) para pensar a atitude crítica, enquanto forma cultural geral, atitude moral e política, maneira de pensar, como, ao mesmo tempo, parceira e adversária das artes de governar: arte de não ser governado de tal maneira. Entendemos, então, que, ao praticar a si, a mulher assume uma contra-conduta historicamente marcada pelas condições de possibilidade do presente, na qual assume lugar de resistência possível.

É importante ressaltar que deslocam-se desses lugares novas possibilidades, subjetividades que dançam entre os limites do sujeito mulher. E é através dos pequenos acontecimentos discursivos que torna-se possível visualizar a história acontecendo e abrir novas possibilidades de debate sobre os paradigmas atuais sobre mulher que atravessam o presente para que, através desses debates, materializem-se vozes historicamente interditas.

Referências

COURTINE, Jean Jacques. **Decifrar o corpo**: pensar com Foucault. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II**: o uso dos prazeres. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 8. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 8. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

FOUCAULT, Michel. A Ética do Cuidado de Si Como Prática da Liberdade, In: **Ditos e escritos vol. V - Ética, sexualidade, política**. Organização Manoel Barros da Motta, Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 264-287.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FOUCAULT, Michel. O que é a crítica?. In: Michel Foucault. **O que é a crítica?** Seguido de A cultura de si. Tradução Pedro Elói Duarte. Lisboa, Edições Texto e Grafia, 2015, p. 31-68.

FOUCAULT, Michel. **Subjetividade e Verdade**: curso no Collège de France (1980-1981) / Michel Foucault: edição estabelecida por Frédéric Gros sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; tradução de Rosemary Costhek Abílio. São Paulo. Editora WMF. Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Histoire de la sexualité**. Lesaveux de la chair. Edição estabelecida por Frédéric Gros. [s. l.]: Éditions Gallimard, 2018.

MILANEZ, Nilton; SANTOS, Janaína de Jesus. Geometria discursiva entre Nietzsche e Foucault. IN: MILANEZ, Nilton; GASPAS, Nádea Regina. (orgs.) **A (des)ordem do discurso**. São Paulo: Contexto, 2010.

MILANEZ, Nilton. Materialidades da Paixão: sentidos para uma semiologia do corpo. IN: SARGENTINI, Vanice. CURCINO, Luzmara. PIOVEZANI, Carlos (Orgs). **Discurso, Semiologia e História**. São Carlos: Claraluz, 2011. p. 197-219.

MILANEZ, Nilton. A Dessubjetivação e Dolores - Escrita De Discursos Misérias do Corpo-Espaço. **Linguagem- Estudos e Pesquisas**, Catalão-GO, vol. 17, n. 2, p. 367-390, jul./dez. 2013.

MILANEZ, Nilton. **Materialidades da ansiedade**: corpo e retorno a si em filmes de fadas (2010-2015). In: Giovanna G. Benedetto Flores; Nádia Régia MaffiNeckel; Solange Maria Leda Gallo. (Org.). **Análise de Discurso em Rede: Cultura e Mídia**. 1ed.Campinas, SP: Pontes Editores, 2015, v. 1, p. 233-257.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de AngelaM.S.Côrrea. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

SÊNECA. **Epístola 107**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian,1998.